

AS AVALIAÇÕES EXTERNAS DE MATEMÁTICA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO SOBRE ESCOLAS DA ZONA DA MATA MINEIRA

*Matheus Enrique da Cunha Pimenta Brasiel
Universidade Federal de Viçosa
matheus.brasiel@ufv.br*

*Mayara Permanhane Nascimento
Universidade Federal de Viçosa
mayara.nascimento@ufv.br*

Resumo:

Este trabalho apresenta dados de uma pesquisa que foi desenvolvida no âmbito da Universidade Federal de Viçosa, analisando os resultados das avaliações externas de matemática das escolas públicas que oferecem os anos finais do Ensino Fundamental, nas cidades da microrregião de Ubá, Minas Gerais. Isso foi feito por meio de um estudo comparativo de natureza quali-quantitativa, dos resultados obtidos no SAEB/Prova Brasil e no SIMAVE/Proeb, utilizando os softwares estatísticos SPSS e o EXCEL, complementada pela análise inferencial dos dados coletados. Os dados indicaram que, apesar da microrregião estar ajustada aos condicionantes impostos pelo “Estado avaliador”, a realidade de cada escola deve ser dimensionada ao serem observados os impactos dos resultados das avaliações na dinâmica institucional, pois os diferentes contextos não são considerados pelas avaliações externas. Notou-se que a microrregião alcançou resultados satisfatórios em tais avaliações, demonstrando que adequou-se, mesmo que com medidas artificiais, ao que é recomendado pelo Estado.

Palavras-chave: Avaliações externas de Matemática; Microrregião de Ubá-MG; SIMAVE/PROVA BRASIL; Ensino fundamental II.

1. Considerações Iniciais

As primeiras experiências em avaliação externa em larga escala do Estado brasileiro começaram a surgir no fim da década de 80, com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), de caráter nacional, com vistas à modernização do setor educacional. Na Constituição Federal (BRASIL, 1988), a avaliação educacional é tratada de forma associada à qualidade da educação. No art. 206, a “garantia de padrão de qualidade” figura como um dos princípios basilares do ensino. No art. 209, a avaliação da qualidade pelo poder público aparece como condição do ensino. Ao tratar do Plano Nacional de Educação, o art. 214 indica como um dos resultados pretendidos a “melhoria da qualidade do ensino”.

Conforme Afonso (2009), nas últimas décadas os países capitalistas ocidentais têm implementado as políticas de avaliação, de prestação de contas e de responsabilização (*accountability*), que “foram ganhando certa imunidade às concepções político-ideológicas

AS AVALIAÇÕES EXTERNAS DE MATEMÁTICA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO SOBRE ESCOLAS DA ZONA DA MATA MINEIRA

*Matheus Enrique da Cunha Pimenta Brasiel
Universidade Federal de Viçosa
matheus.brasiel@ufv.br*

*Mayara Permanhane Nascimento
Universidade Federal de Viçosa
mayara.nascimento@ufv.br*

Resumo:

Este trabalho apresenta dados de uma pesquisa que foi desenvolvida no âmbito da Universidade Federal de Viçosa, analisando os resultados das avaliações externas de matemática das escolas públicas que oferecem os anos finais do Ensino Fundamental, nas cidades da microrregião de Ubá, Minas Gerais. Isso foi feito por meio de um estudo comparativo de natureza quali-quantitativa, dos resultados obtidos no SAEB/Prova Brasil e no SIMAVE/Proeb, utilizando os softwares estatísticos SPSS e o EXCEL, complementada pela análise inferencial dos dados coletados. Os dados indicaram que, apesar da microrregião estar ajustada aos condicionantes impostos pelo “Estado avaliador”, a realidade de cada escola deve ser dimensionada ao serem observados os impactos dos resultados das avaliações na dinâmica institucional, pois os diferentes contextos não são considerados pelas avaliações externas. Notou-se que a microrregião alcançou resultados satisfatórios em tais avaliações, demonstrando que adequou-se, mesmo que com medidas artificiais, ao que é recomendado pelo Estado.

Palavras-chave: Avaliações externas de Matemática; Microrregião de Ubá-MG; SIMAVE/PROVA BRASIL; Ensino fundamental II.

1. Considerações Iniciais

As primeiras experiências em avaliação externa em larga escala do Estado brasileiro começaram a surgir no fim da década de 80, com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), de caráter nacional, com vistas à modernização do setor educacional. Na Constituição Federal (BRASIL, 1988), a avaliação educacional é tratada de forma associada à qualidade da educação. No art. 206, a “garantia de padrão de qualidade” figura como um dos princípios basilares do ensino. No art. 209, a avaliação da qualidade pelo poder público aparece como condição do ensino. Ao tratar do Plano Nacional de Educação, o art. 214 indica como um dos resultados pretendidos a “melhoria da qualidade do ensino”.

Conforme Afonso (2009), nas últimas décadas os países capitalistas ocidentais têm implementado as políticas de avaliação, de prestação de contas e de responsabilização (*accountability*), que “foram ganhando certa imunidade às concepções político-ideológicas

dos governos, disseminando e homogeneizando muitos dos seus efeitos, como se essas mesmas políticas ganhassem o seu verdadeiro sentido situando-se acima das realidades culturais, políticas, econômicas e educacionais nacionais”. Esta tendência homogeneizadora, por sua própria natureza ideológica, tem legitimado as próprias ações avaliativas, aumentando a sua eficácia legitimadora de tal forma que fica “difícil desocultar os interesses, demandas e funções que lhe subjazem” (Op. cit.).

No Brasil, as avaliações externas têm introduzido elementos capazes de direcionar as políticas públicas para a educação, provocando também uma mudança de rumos na prática pedagógica. Conforme uma lógica produtivista, acentuou-se a compreensão de que a qualidade da educação pode ser melhorada se as escolas forem levadas a comparar os resultados estatísticos entre si. Essa premissa de ranqueamento tem gerado interpretações enviesadas sobre a utilização dos índices, de quais conteúdos devem ser privilegiados, bem como feito surgir adequações artificiais para cumprir objetivos impostos pelo “estado avaliador” (OLIVEIRA, 2011) para os sistemas de ensino e as escolas.

Desde meados dos anos 1990, o SAEB foi implantado no Brasil e tem se consolidado com o “objetivo principal de contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a educação básica” (INEP, 2015). Seu foco é o desempenho da escola e o seu resultado é uma medida de proficiência (COELHO, 2008).

Busca-se, neste trabalho, discutir sobre o tema “Avaliações Externas”, apresentando dados de uma pesquisa que foi desenvolvida no âmbito da Universidade Federal de Viçosa, e que fez uma análise dos resultados das avaliações externas de matemática nas escolas públicas que ofertam os anos finais do Ensino Fundamental II (6º ao 9º anos), nas cidades que compõem a microrregião de Ubá (que denominaremos como “MRUbá”), Zona da Mata de Minas Gerais. Para tanto, foi realizado um estudo comparativo e analítico dos resultados obtidos por essas escolas no SAEB/Prova Brasil (referentes às edições dos anos de 2007, 2009 e 2011) e no SIMAVE/Proeb (referentes às edições dos anos 2010, 2011 e 2012).

A microrregião de Ubá, geograficamente, é composta por 17 municípios e teve sua população estimada, em 2010, pelo IBGE, em 269.650 habitantes, distribuída em uma área total de 3.593,648 km². Ubá é um importante município de Minas Gerais e boa parte do seu

PIB é representada pelo setor de serviços, mas a indústria também desempenha um importante papel na sua economia, principalmente na fabricação de móveis e nas indústrias de confecções. Na indústria moveleira, Ubá se destaca compondo o maior pólo moveleiro de Minas Gerais e o segundo maior do Brasil.

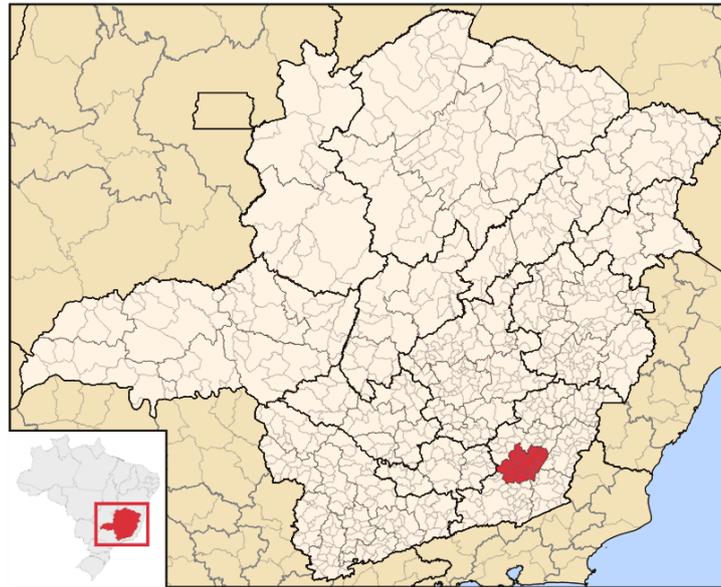


Figura 1: Mapa do estado de Minas Gerais, com destaque em vermelho para a Microrregião de Ubá-MG.

Fonte: Wikipédia.

Além do mais, se as avaliações têm apontado as prioridades educacionais para a equipe pedagógica das escolas, tendo fundamental importância na definição de ações e também para subsidiar políticas públicas para uma educação eficaz, cabe então a nós o papel de compreender a dinâmica interna dessas relações, buscando contribuir para a discussão dessa temática.

2. Revisão de literatura

A expressão “Avaliação Educacional”, segundo Afonso (2010), abarca, genérica e indistintamente, diferentes formas ou modalidades de avaliação utilizadas em educação. Assim, em sentido lato, ou seja, quando usada sem qualquer outra especificação, a avaliação educacional tanto pode referir-se à avaliação de aprendizagens, à avaliação de escolas, à avaliação de currículos e programas, à avaliação de projetos, à avaliação de sistemas educativos, à avaliação de profissionais (gestores, professores e educadores), ou, ainda, à avaliação de políticas públicas.

Apesar desse uso abrangente, a expressão avaliação educacional aparece, muitas vezes, com um sentido restrito, referindo-se à avaliação de aprendizagens ou seus sinônimos, isto é, avaliação pedagógica, avaliação do rendimento, do desempenho escolar ou avaliação dos alunos. Trata-se, portanto, de uma expressão polissêmica, sendo, por isso, conveniente ter em conta os contextos da sua utilização e da sua tradução.

O *campo* da avaliação educacional é, assim, muito vasto e heterogêneo, pressupondo distintas funções e dimensões, explícitas ou implícitas, de natureza social, pedagógica, ética, técnica, científica, simbólica, cultural, política, de controle e de legitimação, e envolvendo também diferentes instituições (governamentais ou não), grupos e atores educativos, bem como distintos quadros de análise, paradigmas e metodologias (AFONSO, 2010).

A avaliação interna é de responsabilidade do docente e visa avaliar diretamente a aprendizagem do aluno, com o foco na ação, já a avaliação externa no Brasil

é planejada e realizada, geralmente, por profissionais externos à escola, tendo o desempenho dos alunos como foco de interesse. Esse tipo de avaliação pode ter como objeto, dentre outros:

- Escolas, como unidades que compõem redes mais amplas – municipais, estaduais ou federais.
- Programas e políticas educacionais, que podem ter os mesmos níveis de alcance já citados.
- Sistemas de ensino, considerando o desempenho dos alunos que estudam nas escolas vinculadas a esses mesmos sistemas.
- Cursos superiores, por ocasião de sua implantação e/ou de credenciamentos periódicos (FREITAS, 2009, p. 54).

Dessa forma, a avaliação externa supõe que a escola será analisada por agentes externos a ela, o que daria maior objetividade e legitimidade ao processo, cumprindo com sua principal finalidade de

informar aos gestores das várias instâncias do sistema educacional e da escola, professores e a sociedade em geral em que medida as políticas educacionais estão sendo desenvolvidas. Essas políticas devem esclarecer, sobretudo, se o processo educativo está alcançando os objetivos desejados, subsidiando, assim, a formulação, a manutenção ou a revisão de políticas públicas definidas para a educação (Op. cit.).

De um modo geral, mesmo que dispondo de objetivos diferenciados, as avaliações externas compõem-se de algumas etapas:

- (i) elaboração do projeto de avaliação;
- (ii) construção de instrumentos padronizados (testes e questionários);
- (iii) validação estatística dos instrumentos;
- (iv) constituição e treinamento das equipes de trabalho;
- (v) execução e monitoramento simultâneos da avaliação em diferentes instituições pelo território nacional;
- (vi) processamento dos dados e disseminação de resultados; e
- (vii) repercussão dos resultados na sociedade (OLIVEIRA, 2011, p. 110).

As avaliações externas estão presentes nos mais diferentes níveis e contextos. No contexto meso, temos a avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Já no contexto macro, temos o SAEB, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), além dos sistemas próprios dos Estados Brasileiros, como é o caso de Minas Gerais com o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação (SIMAVE), que foi criado em 2000, aperfeiçoado em 2003, e vem sendo aplicado anualmente em escolas das redes estadual e municipal do Estado. Através dos desempenhos obtidos pelas escolas nestas avaliações são direcionadas as políticas públicas estaduais para a Educação.

3. Metodologia

Esta pesquisa caracterizou-se por um estudo comparado e analítico-descritivo dos dados produzidos a partir de avaliações externas de Matemática, aplicadas a alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, nas escolas públicas da MRUBá. Para tanto, este trabalho constou, de modo bem geral, com as seguintes etapas para sua operacionalização: coleta de dados, a partir de uma amostra escolhida da população; análise descritiva com resumo dos dados coletados; escolha de um possível modelo explicativo para o comportamento do objeto de estudo, a fim de fazer, numa etapa posterior, a análise qualitativa/inferencial dos dados.

Uma importante ferramenta que nos auxiliou na realização desta pesquisa foi a estatística, que é uma parte da Matemática aplicada que fornece métodos para a coleta, organização, descrição, análise e interpretação de dados e para a utilização na tomada de decisões (CRESPO, 1995). Neste sentido, concordamos com Medeiros (2007) quando afirma que “a estatística é uma valiosa ferramenta nas tentativas humanas de interpretação da realidade, principalmente para o exame de fenômenos de massa”, como é o caso das avaliações externas aplicadas pelos governos para aferir a qualidade dos sistemas de ensino.

Considerando essas caracterizações, a presente pesquisa teve um caráter tanto quantitativo quanto qualitativo. A pesquisa quantitativa lida com grande número de indivíduos, recorrendo a métodos estatísticos para a análise desses dados coletados. Deve ser representativa de um determinado universo de modo que seus dados possam ser generalizados e projetados para aquele universo. Mostra-se apropriada quando existe a possibilidade de medidas quantificáveis de variáveis e inferências a partir de amostras numéricas, ou busca padrões numéricos relacionados a conceitos cotidianos. Já a pesquisa qualitativa, também chamada naturalística, tem como foco entender e interpretar dados e discursos

(D'AMBRÓSIO, 2006). Tem caráter exploratório, isto é, estimula os pesquisadores a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Mostra aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. É utilizada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação. Metodologicamente, partimos de uma pesquisa bibliográfica acerca do tema, tendo em vista que ela se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos e teses (SEVERINO, 2007).

Neste trabalho, propomos a comparação dos resultados do SIMAVE/Proeb/Matemática ao longo dos anos de 2010, 2011 e 2012 nas escolas públicas da MRUbá. Analisamos também os resultados da Prova Brasil de Matemática (2007, 2009 e 2011). Esta análise foi realizada com as 30 escolas que oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental II e que participaram de todas as avaliações nos anos analisados, inseridas no contexto das 17 cidades da microrregião estudada. Os dados quantitativos foram coletados nos sites oficiais da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Assim, devido ao grande número de escolas envolvidas nesta pesquisa, foram utilizados dois softwares para auxiliar na organização dos dados. Trata-se do SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), que é um software do tipo científico útil para fazer testes estatísticos, e pode também elaborar contagens de frequência, ordenar dados, reorganizar a informação, sendo um mecanismo de entrada dos dados. Utilizamos também o editor de planilhas *Microsoft Office Excel*. O Excel é um aplicativo de criação de planilhas eletrônica, seus recursos incluem uma interface intuitiva e capacitadas ferramentas de cálculo e de construção de gráficos. Organizados os dados, partimos para a análise inferencial dos mesmos, cujo intuito foi o de comparar os resultados alcançados pelas escolas e cidades estudadas.

4. Resultados e discussões

Esta pesquisa ocorreu de Março de 2014 à Fevereiro de 2015 e analisou os dados dos municípios e das 30 escolas públicas que ofertam os anos finais do ensino fundamental na região, complementada pela análise inferencial dos dados e das Matrizes de Referência. A Matriz de Referência para Avaliação é o elemento base de origem dos testes utilizados no

SAEB e no SIMAVE e garante legitimidade e transparência à avaliação. Ela é formada por um conjunto de descritores que, agrupados em tópicos/temas, apresentam as habilidades consideradas básicas e possíveis de serem aferidas por meio do instrumento utilizado em avaliações em larga escala (CAEd/UFJF, 2009).

As avaliações estudadas e analisadas neste projeto de pesquisa pautam-se nas mesmas Matrizes de Referência e utilizam a mesma metodologia de análise das respostas das avaliações - a Teoria de Resposta ao Item (TRI) - cujo enfoque das análises desvincula-se das provas, permitindo comparar as habilidades e os conhecimentos de alunos examinados submetidos a provas diferentes.

Sendo assim, como as avaliações do SAEB/Prova Brasil e SIMAVE/Proeb possuem a mesma escala e matriz, ano/série avaliada e participação simultânea das escolas nestas, compreende-se que é possível fazer uma comparação das proficiências obtidas pela MRUBá, nos anos finais do ensino fundamental, em ambas as avaliações, podendo-se observar as semelhanças entre os fenômenos observados. Abaixo temos o quadro 1 com os padrões de desempenho em Matemática que são utilizados no SIMAVE:

Quadro 1: Padrões de desempenho em Matemática utilizados pelo SIMAVE

| Ano | Baixo | Intermediário | Recomendável |
|---------------------------|--------------|----------------------|---------------------|
| 5º Ano Ensino Fundamental | até 175 | 175 a 225 | acima de 225 |
| 9º Ano Ensino Fundamental | até 225 | 225 a 300 | acima de 300 |
| 3º Ano Ensino Médio | até 300 | 300 a 375 | acima de 375 |

Fonte: CAEd/UFJF, 2011.

Iniciamos nossa pesquisa colendo dados nos sites oficiais do Governo. Ao tabularmos os dados, constatamos que 100% das escolas participaram das três últimas edições da prova do Proeb/SIMAVE, porém, quando se observa a participação das escolas nas três últimas edições da Prova Brasil, se têm dados bem diferentes. Observando o quadro 2 abaixo, nota-se que, com o passar dos anos, a participação nas avaliações da Prova Brasil vem diminuindo.

Quadro 2: Participação das escolas da MRUBá na Prova Brasil (2007, 2009, 2011)

| Edição da Prova Brasil | Porcentagem de participação |
|-------------------------------|------------------------------------|
| 2007 | 90,5% |
| 2009 | 80,95% |
| 2011 | 78,97% |

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Essa redução se deve, principalmente, ao fato de que as escolas que ficaram de fora da amostra não participaram da Prova Brasil, pois possuíam número de alunos matriculados inferior à 20, critério estabelecido pelo INEP para a aplicação das avaliações. Se analisarmos do ponto de vista pedagógico, teremos uma situação um tanto quanto desfavorável, pois a não participação exclui as escolas do propósito de melhoria da qualidade da educação vinculado a propostas das políticas educacionais atuais, visto que sem o resultado da Prova Brasil essas escolas não irão possuir o IDEB. Para estas escolas que ficam “sem IDEB”, é levado em consideração para o planejamento de políticas públicas educacionais e distribuição de recursos somente a nota obtida pela escola na avaliação do Proeb/SIMAVE.

Constatamos, portanto, que o número de escolas a serem trabalhadas na pesquisa foi reduzido em 28,57% (12), totalizando uma amostra de 30 escolas, uma vez que apenas 71,43% (30) das escolas da MRUbá participaram de todas as edições das duas avaliações externas durante o período de análise. Ou seja, das 42 escolas previstas inicialmente a participar da pesquisa, somente 30 instituições participaram de todas as avaliações externas nos anos analisados.

Na tabela a seguir é possível observar os dados gerais obtidos nos anos finais do ensino fundamental, nas três últimas avaliações da Prova Brasil no país, no estado de Minas Gerais e na MRUbá.

Tabela 1 – Dados de Proficiência nas avaliações de Matemática da Prova Brasil, em Minas Gerais e na Microrregião de Ubá (MRUbá), das edições de 2007, 2009 e 2011 no 9º Ano

| Região | 2007 | 2009 | 2011 | Média |
|--------|--------|--------|-------|--------|
| Brasil | 240,56 | 240,29 | 243,2 | 241,35 |
| MG | 252,60 | 257,54 | 263,2 | 257,78 |
| MRUbá | 263,86 | 266,46 | 273,3 | 267,87 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Já na tabela 2 abaixo, temos os resultados referentes à avaliação do Proeb no estado de Minas Gerais e na MRUbá, nos anos analisados na pesquisa.

Tabela 2 – Média da Proficiência das avaliações de Matemática do Proeb para o 9º ano do Ensino Fundamental, em Minas Gerais e na Microrregião de Ubá. Dados das edições de 2010, 2011 e 2012

| Região | 2010 | 2011 | 2012 | Média |
|--------|--------|--------|--------|--------|
| MG | 264,35 | 260,45 | 267,3 | 264,03 |
| MRUbá | 274,33 | 275,76 | 274,50 | 274,87 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Observa-se, nas tabelas 1 e 2, que as proficiências obtidas por Minas Gerais e pela MRU^b, em todas as edições da Prova Brasil, são superiores as do país. O fato de Minas Gerais apresentar médias superiores às do Brasil é constantemente noticiado pelo governo do Estado na mídia, sobretudo em épocas de campanhas eleitorais, relacionando-os às investidas do Estado no campo das políticas públicas implementadas na educação. Sendo assim, essa diferença entre as proficiências do Brasil comparada com o estado pode ser explicada pelo fato de o estado de Minas Gerais ser um dos pioneiros na implantação de avaliações externas de âmbito estadual, além de indicarem um reflexo dos programas implementados nas escolas, como “Escola Referência” e o “14º Salário”.

Alguns dos efeitos dessas políticas podem ser observados no interior das escolas: o acirramento da competição entre escolas e entre professores; a disputa por alunos mais preparados para a realização das provas; a mudança na rotina das escolas em função da aplicação de tantas avaliações; um currículo revisado para atender às Matrizes de Referência; o treinamento de alunos para atender às exigências do modelo de avaliação que é utilizado; o adoecimento docente em função da forte pressão por resultados, dentre tantos outros.

O “prêmio produtividade”, conhecido como “14º salário”, é um incremento remuneratório concedido apenas aos professores e servidores das escolas estaduais, em função de seus resultados nas avaliações do SIMAVE. Prática meritocrática oficialmente reconhecida como fundamental para o cumprimento do Acordo de Resultados firmado entre as instituições educacionais do governo de Minas, visando melhorar os índices do sistema de ensino. Ou seja, a produtividade, entendida como os resultados positivos nas avaliações e o alcance de metas objetivas, é fator condicionante para uma suposta valorização do trabalho docente que, na realidade, deveria preceder essa lógica produtivista.

Quanto às “Escolas Referência”, estas destinam-se à promoção do desenvolvimento profissional de educadores e à disseminação da cultura de trabalho em grupo nas escolas estaduais que integram a Rede de Escolas-Referência. Ser Escola Referência significa ser privilegiada em programas e ações de investimento financeiro e técnico oriundos da Superintendência Estadual de Educação/MG, promovendo especialmente melhorias na estrutura física do estabelecimento e cursos de formação continuada para os profissionais da educação. Tais escolas acabam por tornar-se piloto nas iniciativas governamentais de implantação de novos projetos, antes de serem ampliados para todas as escolas da rede.

Observa-se também, nas tabelas 1 e 2, que a MRU^b, na avaliação do Proeb, também apresenta resultados superiores aos do estado mineiro. Esses dados são significativos, pois esta microrregião tem sido um espaço de confluência de ações direcionadas para o cumprimento das metas que lhes são atribuídas. Ou seja, há uma completa adequação da dinâmica das escolas à perspectiva avaliadora e comparativa posta pelo Estado avaliador.

Notou-se em nosso estudo que a MRU^b, no 9º Ano, concentra a maioria de suas escolas (97%) no Padrão de Desempenho Intermediário, ou seja, 29 escolas analisadas neste estudo estão neste padrão de desempenho. Apenas uma escola se encontra no padrão de desempenho Recomendado, representado um percentual de 3%. Temos ainda que nenhuma das escolas que investigamos apresentou um Padrão de Desempenho Baixo, indicando que esta região preza pela qualidade da educação e/ou pela adequação ao padrão avaliativo que lhe é imposto, pois estes resultados refletem que os alunos avaliados, além de apresentarem as habilidades esperadas, possuem maiores possibilidades de cumprir, com sucesso, a trajetória escolar e determinam, para todo o sistema, a grande meta de qualidade a ser perseguida.

5. Considerações Finais

Uma questão relevante debatida neste trabalho é que essa prática avaliativa centralizada tem alterado os rumos da prática pedagógica nas salas de aula, pois os professores adaptaram o seu trabalho (currículo, métodos, didática, avaliação interna, etc.) visando atender aos objetivos das avaliações externas, quer seja por causa da pontuação que faz um *ranking* entre as escolas, quer seja por causa do Prêmio Produtividade, oferecido na forma de vantagem pecuniária (14º salário), pelo Estado de Minas Gerais, de acordo com o resultado alcançado por cada escola. Além disso, as opções político-administrativas adotadas acabam por acirrar a disputa por alunos com maior potencial de realizarem as provas com eficiência, preterindo e excluindo os alunos com maiores dificuldades cognitivas e aqueles que apresentam alguma deficiência e que buscam, na escola, um caminho para a sua inclusão na sociedade do conhecimento.

Com respeito aos resultados alcançados nas avaliações comparadas, tendo em vista que a microrregião alcançou resultados superiores aos do Estado de Minas Gerais e aos do Brasil no ciclo analisado, demonstrou que se adequou, mesmo que com medidas artificiais, aos propósitos desse modelo de política. Tais medidas artificiais podem estar relacionadas a rotineiros “treinamentos” referente ao tipo de prova que realizarão (preenchimento de

gabarito, exercícios de reforço, provas similares e até mesmo reprodução de provas aplicadas em anos anteriores, limite de tempo, etc.), enfocando mais os conteúdos de Português e Matemática, já que serão esses os domínios a serem avaliados.

Fatores internos à escola – como formação docente, formas alternativas de organização, planejamento de ações, análises qualitativas dos relatórios, treinamento para a realização das provas, dentre outros – são importantes nos resultados finais alcançados. Mas, o que o estudo sugere é que, para além dos esforços institucionais de adequação ao modelo avaliador implementado, outras ações relacionadas à população historicamente excluída da escola, e que hoje se encontra excluída “dentro” das escolas, são fundamentais para a melhoria da qualidade da educação.

Por fim, temos que as avaliações externas devem ser capazes de ajudar a escola a olhar para si mesma, reconhecendo os pontos fortes e as fragilidades em suas práticas, sendo um instrumento de complementação das avaliações internas das unidades escolares, e também servir como instrumento de melhoria da educação e aperfeiçoamento da prática escolar. Porém, para que isto ocorra de fato, é necessário que os modelos de avaliações em larga escala existentes atualmente sejam revistos. Somente penalizar quem apresenta resultados ruins e gratificar quem apresenta bons resultados pouco contribui para o avanço da nossa educação, pois da forma como as metas impostas pelo Estado, bem como os resultados obtidos nas avaliações externas, “pressionam” as escolas, as mesmas, muitas vezes, optam por um simples treinamento dos alunos para a realização das avaliações ao invés de se valorizar o desenvolvimento crítico da aprendizagem dos estudantes.

6. Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por ter iluminado minha mente neste trabalho. À minha orientadora de Iniciação Científica, Prof.^a Dra. Cristiane Aparecida Baquim (DPE/UFV). À FAPEMIG, pela concessão de bolsa e financiamento do projeto de Iniciação Científica, sem as quais não seria possível a realização desse trabalho. À CAPES, por me conceder bolsa de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da UFV, para que eu possa prosseguir meus estudos e minha pesquisa. À Universidade Federal de Viçosa e ao Departamento de Educação, por ceder o espaço para a realização deste estudo e a todas as outras pessoas que me ajudaram nesta pesquisa, mas que não citei neste espaço.

7. Referências

AFONSO, A. J. **Nem tudo o que conta é mensurável ou comparável: crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares.** Revista Lusófona de Educação, Lisboa, n. 13, p. 13-29, 2009.

_____. **Avaliação educacional.** In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: Trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAEd/UFJF. **Matriz de referência para avaliação: SIMAVE - Matemática.** Juiz de Fora: CAEd, 2009.

_____. **Revista pedagógica: SIMAVE – PROEB 2011: Matemática 9º ano do Ensino Fundamental.** Juiz de Fora: CAEd, 2011.

COELHO, M. I. de M. **Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008.

CRESPO, A. A. **Estatística fácil.** 13. ed. São Paulo: Saraiva: 1995.

D'AMBROSIO, U. *Prefácio.* In: BORBA, M. C.; ARAUJO, J. L. (Org). **Pesquisa qualitativa em educação matemática.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREITAS, K. S. **Progestão: como articular a gestão pedagógica da escola com as políticas públicas da educação para a melhoria do desempenho escolar?.** Módulo X. Brasília: CONSED, 2009.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SAEB.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

MEDEIROS, C. A. de. **Estatística aplicada à educação.** Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

OLIVEIRA, A. P. de M. **A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal.** 277 p. (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.